

## ÍNDICE SISTEMÁTICO

<i>Sumário</i> .....	V
<i>Apresentação</i> .....	VII
<b>Capítulo I – Estado</b> .....	<b>1</b>
1.1. Território .....	2
1.2. Povo .....	3
1.3. Governo .....	3
1.4. O Estado moderno e a globalização .....	4
<b>Capítulo II – Poder Constituinte</b> .....	<b>7</b>
2.1. Poder Reformador .....	9
2.2. Poder Decorrente e suas limitações .....	10
2.3. Modificação pela mutação constitucional .....	15
<b>Capítulo III – Constituição</b> .....	<b>19</b>
3.1. Visão sociológica da Constituição .....	21
3.2. Visão jurídica da Constituição .....	22
3.3. Visão política da Constituição .....	23
3.4. Características da Constituição .....	25
3.5. Classificações das Constituições .....	27
3.5.1. Quanto ao conteúdo .....	27
3.5.1.1. Constituição material .....	27
3.5.1.2. Constituição formal .....	27
3.5.2. Quanto à origem .....	28
3.5.2.1. Constituição promulgada .....	28
3.5.2.2. Constituição outorgada .....	28
3.5.3. Quanto à forma .....	29
3.5.3.1. Constituição costumeira .....	29
3.5.3.2. Constituição escrita .....	29
3.5.4. Quanto à estabilidade .....	30
3.5.4.1. Constituição rígida .....	30
3.5.4.2. Constituição flexível .....	30
3.5.4.3. Constituição semi-rígida .....	30
3.5.4.4. Constituição imutável .....	30
3.5.4.5. Constituição fixa .....	31
3.5.5. Quanto à extensão .....	31
3.5.5.1. Constituição sintética .....	31
3.5.5.2. Constituição analítica .....	31
3.5.6. Quanto ao modo de elaboração .....	32
3.5.6.1. Constituição dogmática .....	32

3.5.6.2. Constituição histórica .....	32
3.6. Outros tipos de classificações .....	32
3.7. Diferenciação entre fonte constitucional formal e material .....	34
3.8. Histórico das Constituições brasileiras .....	34
3.8.1. Constituição de 1824 .....	34
3.8.2. Constituição de 1891 .....	36
3.8.3. Constituição de 1934 .....	37
3.8.4. Constituição de 1937 .....	38
3.8.5. Constituição de 1946 .....	39
3.8.6. Constituição de 1967/1969 .....	40
3.8.7. Constituição de 1988 .....	41
3.9. Interpretação constitucional .....	42
3.9.1. Necessidade de uma interpretação sistêmica da Constituição .....	43
3.9.2. Peculiaridades da interpretação constitucional .....	44
3.9.3. Inicialidade da Constituição .....	45
3.9.4. Conteúdo político .....	46
3.9.5. Linguagem em forma sintética .....	46
3.9.6. Predominância das normas de estrutura na Constituição .....	47
3.9.7. Princípio da presunção de constitucionalidade das normas infraconstitucionais .....	47
3.9.8. Métodos clássicos de interpretação constitucional .....	48
3.9.9. Classificação da interpretação quanto à origem .....	48
3.9.10. A tópica de Theodor Viehweg .....	49
3.9.11. A metódica estruturante de Friedrich Müller .....	50
3.10. A Constituição analisada sob um aspecto sistêmico .....	51
Capítulo IV – Eficácia das Normas Constitucionais .....	55
4.1. Normas constitucionais de eficácia absoluta .....	58
4.2. Normas constitucionais de eficácia plena .....	58
4.3. Normas constitucionais de eficácia limitada .....	59
4.4. Normas programáticas .....	59
4.5. Normas de princípios institutivos .....	62
4.6. Normas de eficácia contida .....	62
Capítulo V – Aplicabilidade das Normas Constitucionais no Tempo .....	65
5.1. Desconstitucionalização .....	65
5.2. Repristinação .....	66
5.3. <i>Vacatio constitutionis</i> .....	66
5.4. Recepção das normas infraconstitucionais .....	67
Capítulo VI – Preâmbulo Constitucional .....	69
Capítulo VII – Princípios Fundamentais .....	73
7.1. Princípios e regras .....	73
7.2. Princípios fundamentais .....	76
7.3. Regime Democrático .....	76
7.4. Formas de Estado: unitário e federal .....	79
7.5. Formas de governo: monarquia e república .....	81
7.5.1. Republicanismo .....	83
7.6. Sistemas de governo: parlamentarismo e presidencialismo .....	85
7.7. Fundamentos da República Federativa do Brasil .....	87
7.7.1. Soberania .....	88

7.7.2. Cidadania .....	90
7.7.3. Dignidade da pessoa humana .....	91
7.7.4. Valores sociais do trabalho e da livre-iniciativa .....	92
7.7.5. Pluralismo político .....	93
7.8. Legitimação do poder .....	94
7.9. Separação de poderes .....	95
7.10. Objetivos fundamentais .....	96
7.11. Princípios constitucionais internacionais .....	97
<b>Capítulo VIII – Direitos Individuais e Coletivos .....</b>	<b>99</b>
8.1. Direitos fundamentais .....	101
8.2. Tentativa de conceituação dos direitos fundamentais .....	103
8.3. Classificação dos direitos fundamentais .....	108
8.4. Evolução dos direitos fundamentais .....	109
8.5. Limitação dos direitos fundamentais e o princípio da proporcionalidade .....	112
8.6. Direito à vida .....	114
8.7. Direito à liberdade .....	116
8.8. Isonomia .....	117
8.9. Isonomia de sexo .....	119
8.10. Compatibilidade entre as ações afirmativas e o princípio da isonomia .....	120
8.11. Princípio da legalidade .....	122
8.12. Direito de resistência .....	123
8.13. Princípio da liberdade de locomoção .....	124
8.14. Princípio da liberdade profissional .....	125
8.15. Princípio da liberdade de pensamento .....	126
8.15.1. Pensamento .....	126
8.15.2. Direito à informação pelos órgãos públicos .....	126
8.15.3. Liberdade de expressão de pensamento .....	127
8.15.4. Restrições à liberdade de pensamento .....	128
8.15.5. Ressarcimento do dano .....	128
8.15.6. Liberdade de consciência .....	130
8.15.7. Liberdade de crença .....	130
8.15.8. Escusa de consciência .....	131
8.16. Direito de privacidade .....	132
8.17. Direito à inviolabilidade de domicílio .....	134
8.18. Direito de inviolabilidade de comunicação .....	135
8.19. Direitos coletivos .....	138
8.19.1. Direito de reunião .....	138
8.19.2. Direito de associação .....	139
8.20. Direito de propriedade e sua função social .....	140
8.20.1. Exceções ao direito de propriedade .....	141
8.20.2. Defesa da pequena propriedade rural .....	142
8.20.3. Direito à herança .....	142
8.20.4. Propriedade imaterial .....	143
<b>Capítulo IX – Garantias Constitucionais Processuais .....</b>	<b>145</b>
9.1. Direito de petição .....	145
9.2. Princípio da universalidade de jurisdição e princípio do acesso ao Poder Judiciário .....	146
9.3. Princípio da irretroatividade mitigada .....	147
9.4. Vedação de tribunais de exceção e juiz natural .....	149
9.5. Soberania do Tribunal do Júri .....	149

9.5.1. Garantias do Tribunal do Júri (art. 5º, XXXVIII, <i>a, b e c</i> , da CF) . . . . .	150
9.6. Princípio da legalidade penal . . . . .	150
9.7. Crime de racismo e crimes hediondos . . . . .	152
9.8. Penas permitidas e proibidas . . . . .	153
9.9. Princípio do devido processo legal. . . . .	154
9.10. Vedação à extradição de nacionais . . . . .	156
9.11. Garantias processuais dos presos (art. 5º, XLVIII, L e LXI a LXVII, da CF) . . . . .	159
9.12. Prisão civil . . . . .	160
9.13. Direito à duração razoável do processo . . . . .	161
<b>Capítulo X – Remédios Constitucionais, Garantias Constitucionais e <i>Writs</i> Constitucionais . . . . .</b>	<b>163</b>
10.1. <i>Habeas corpus</i> . . . . .	165
10.2. Mandado de segurança . . . . .	168
10.2.1. Mandado de segurança coletivo . . . . .	170
10.3. Mandado de injunção . . . . .	174
10.4. <i>Habeas data</i> . . . . .	178
10.5. Ação popular . . . . .	179
10.6. Ação civil pública. . . . .	181
10.6.1. Competência . . . . .	182
10.6.2. Legitimidade . . . . .	183
10.6.3. Inquérito civil . . . . .	184
10.6.4. Compromisso de ajustamento de conduta . . . . .	184
10.6.5. Coisa julgada. . . . .	184
10.6.6. Sucumbência. . . . .	184
<b>Capítulo XI – Aplicabilidade Imediata dos Direitos e Garantias Fundamentais e o seu Caráter Exemplificativo. . . . .</b>	<b>185</b>
11.1. Aplicabilidade imediata dos direitos e garantias individuais . . . . .	185
11.2. Princípio exemplificativo dos direitos e garantias individuais . . . . .	186
11.3. A constitucionalização dos tratados e convenções internacionais . . . . .	187
11.4. A Jurisdição do Tribunal Penal Internacional. . . . .	188
<b>Capítulo XII – Direitos Sociais. . . . .</b>	<b>189</b>
12.1. Direitos individuais dos trabalhadores . . . . .	191
12.1.1. Garantia de emprego . . . . .	191
12.1.2. Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS . . . . .	191
12.1.3. Seguro-desemprego. . . . .	192
12.1.4. Salário mínimo . . . . .	192
12.1.5. Condições dignas de trabalho e repouso e inatividade . . . . .	193
12.1.6. Proteção . . . . .	195
12.1.7. Estipulação da jornada de trabalho . . . . .	195
12.1.8. Reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho. . . . .	196
12.1.9. Assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até seis anos de idade em creches e pré-escolas. . . . .	197
12.1.10. Proteção em face da automação . . . . .	197
12.1.11. Participação nos lucros e co-gestão . . . . .	197
12.1.12. Vantagens salariais . . . . .	199
12.1.13. Vedações nas relações trabalhistas . . . . .	200
12.1.14. Prazo prescricional . . . . .	202
12.2. Direitos coletivos dos trabalhadores. . . . .	202

12.2.1. Liberdade de associação profissional ou sindical . . . . .	202
12.2.2. Liberdade sindical . . . . .	202
12.2.3. Liberdade de adesão sindical . . . . .	203
12.2.4. Liberdade de atuação sindical . . . . .	203
12.2.5. Proteção aos dirigentes sindicais . . . . .	203
12.2.6. Greve . . . . .	203
12.2.7. Substituição processual . . . . .	205
12.2.8. Participação laboral . . . . .	205
12.2.9. Representação na empresa . . . . .	205
<b>Capítulo XIII – Nacionalidade . . . . .</b>	<b>207</b>
13.1. Exceções ao <i>jus soli</i> . . . . .	209
13.2. Formas de naturalização . . . . .	210
13.3. Princípio da reciprocidade . . . . .	211
13.4. Exceções à igualdade entre brasileiros natos e naturalizados . . . . .	211
13.5. Outras distinções entre brasileiros natos e naturalizados . . . . .	212
13.6. Perda da nacionalidade do brasileiro . . . . .	212
13.7. Casos de dupla nacionalidade permitida pelo Brasil . . . . .	213
13.8. Reaquisição da nacionalidade brasileira . . . . .	213
13.9. Condição jurídica do estrangeiro residente no Brasil . . . . .	215
13.10. Limites territoriais do Brasil para a configuração do <i>jus soli</i> . . . . .	216
13.11. Língua oficial e símbolos nacionais . . . . .	216
<b>Capítulo XIV – Direitos Políticos . . . . .</b>	<b>217</b>
14.1. A soberania popular e a soberania da nação . . . . .	217
14.2. Democracia . . . . .	218
14.3. Institutos da democracia participativa . . . . .	219
14.4. Representação política . . . . .	221
14.5. Sistemas eleitorais . . . . .	222
14.6. Alistamento eleitoral e voto . . . . .	222
14.7. Condições de elegibilidade . . . . .	223
14.8. Reeleição . . . . .	224
14.9. Inelegibilidade . . . . .	225
14.10. Elegibilidade do militar . . . . .	227
14.11. Ação de impugnação . . . . .	227
14.12. Perda e suspensão dos direitos políticos . . . . .	228
14.13. Princípio da anterioridade eleitoral e impedimento da <i>vacatio legis</i> . . . . .	229
<b>Capítulo XV – Partidos Políticos . . . . .</b>	<b>231</b>
15.1. Histórico . . . . .	231
15.2. Criação . . . . .	232
15.3. Princípios partidários . . . . .	233
15.4. Quociente eleitoral . . . . .	234
<b>Capítulo XVI – Organização Político-Administrativa . . . . .</b>	<b>235</b>
16.1. Desmembramento dos Estados-Membros e dos Municípios . . . . .	235
16.1.1. Requisitos para o desmembramento de Estado-Membro . . . . .	236
16.1.2. Requisitos para o desmembramento de Município . . . . .	236
16.2. Vedações aos entes federativos . . . . .	236
16.3. Bens da União . . . . .	237

Capítulo XVII – Competência Federativa .....	241
17.1. Competência exclusiva da União .....	243
17.2. Competência privativa .....	245
17.3. Competência comum .....	247
17.4. Competência concorrente .....	249
17.5. Competência dos Estados federados .....	251
17.5.1. Competência residual .....	251
17.5.2. Competência de organização administrativa .....	252
17.6. Bens dos Estados-Membros .....	252
17.7. Organização política dos Estados-Membros .....	253
17.8. A estrutura constitucional dos Municípios .....	254
17.9. Competência municipal .....	255
17.10. Organização política dos Municípios .....	258
17.11. Fiscalização municipal .....	261
17.12. Distrito Federal .....	262
17.13. Territórios .....	264
 Capítulo XVIII – Intervenção .....	 267
18.1. Intervenção estadual e municipal .....	268
18.2. Tipos de intervenção .....	269
18.3. Concretização da intervenção .....	270
18.4. Limites da intervenção federal .....	272
18.5. Natureza da intervenção .....	273
18.6. Motivos da intervenção nos Estados .....	273
18.7. Motivos da intervenção nos Municípios .....	275
18.8. Requisitos para a decretação da intervenção .....	276
 Capítulo XIX – Administração Pública .....	 279
19.1. Princípios da Administração Pública .....	279
19.1.1. Princípio da legalidade .....	279
19.1.2. Princípio da moralidade .....	280
19.1.3. Princípio da impessoalidade .....	281
19.1.4. Princípio da publicidade .....	281
19.1.5. Princípio da eficiência .....	282
19.2. Investidura na Administração Pública .....	283
19.3. Direito de greve dos servidores públicos .....	286
19.4. Remuneração dos servidores públicos .....	287
19.5. Vedação de acumulação de cargo, função ou emprego público .....	289
19.6. Improbidade administrativa .....	290
19.7. Responsabilidade da Administração Pública .....	292
19.8. Regime previdenciário dos servidores públicos .....	293
19.9. Natureza do regime previdenciário dos servidores públicos .....	295
19.10. Previdência complementar .....	296
19.11. Aposentadoria dos futuros servidores .....	297
19.12. Requisitos para a aposentadoria com proventos integrais .....	298
19.13. Aposentadoria proporcional .....	300
19.14. Pedágio para a aposentadoria pela regra de transição .....	300
19.15. Abono de permanência .....	303
19.16. Novas regras das pensões .....	303
19.17. Teto salarial .....	304

19.18. Sistema previdenciário dos Estados, Municípios e Distrito Federal .....	307
19.19. Transição para os servidores que começaram a trabalhar mais cedo .....	308
19.20. Aposentadoria especial .....	308
19.21. Doenças incapacitantes .....	309
19.22. Contribuição dos inativos .....	309
19.22.1. Proteção parcial dos direitos adquiridos .....	310
19.23. A contribuição dos inativos e o direito adquirido .....	311
19.24. Outras inconstitucionalidades da reforma previdenciária .....	314
19.25. Decisão do Supremo Tribunal Federal sobre contribuição previdenciária .....	316
19.26. Perda de cargo ou emprego público .....	318
19.27. Dos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios .....	319
<b>Capítulo XX – Regiões .....</b>	<b>321</b>
<b>Capítulo XXI – Poder Legislativo .....</b>	<b>323</b>
21.1. Quórum .....	326
21.2. Atribuições do Congresso Nacional .....	327
21.2.1. Atribuição legislativa imprópria .....	328
21.2.2. Atribuição legislativa própria .....	329
21.2.3. Direito de convocação .....	330
21.2.4. Direito de audiência .....	331
21.2.5. Direito de informação administrativa .....	331
21.3. Atribuições da Câmara dos Deputados .....	331
21.4. Atribuições do Senado .....	332
21.5. Imunidades parlamentares e perda de mandato .....	333
21.5.1. Requisitos para abertura de processo contra parlamentares (imunidade formal) .....	337
21.5.2. Extensão da imunidade .....	339
21.5.3. Impedimentos dos parlamentares .....	339
21.5.4. Perda do mandato .....	340
21.5.5. Investidura, pelos parlamentares, em outros cargos .....	342
21.5.6. Licenças .....	342
21.6. Reunião .....	343
21.6.1. Sessões extraordinárias .....	345
21.6.2. Sessões conjuntas .....	345
21.7. Comissão representativa .....	346
21.8. Comissões .....	347
21.9. Comissões Parlamentares de Inquérito .....	347
21.9.1. Princípio da colegialidade .....	351
<b>Capítulo XXII – Processo Legislativo .....</b>	<b>353</b>
22.1. Da não-existência de hierarquização no art. 59 da CF .....	354
22.2. Emendas constitucionais .....	356
22.2.1. Limites materiais .....	356
22.2.2. Limites temporais .....	359
22.2.3. Limites circunstanciais .....	360
22.2.4. Procedimento das emendas .....	361
22.3. Leis complementares .....	363
22.4. Leis ordinárias. Procedimento ordinário .....	364
22.5. Procedimento sumário .....	372
22.6. Procedimento sumaríssimo .....	373

22.7. Procedimento legislativo abreviado . . . . .	373
22.8. Procedimento legislativo concentrado . . . . .	373
22.9. Procedimento legislativo especial . . . . .	374
22.10. Leis delegadas . . . . .	374
22.11. Medidas provisórias . . . . .	375
22.11.1. Medidas provisórias editadas por governadores . . . . .	382
22.12. Lei federal e lei nacional . . . . .	383
22.13. Decretos legislativos e resoluções . . . . .	384
22.14. Tratados internacionais . . . . .	385
22.15. Leis orçamentárias . . . . .	386
<b>Capítulo XXIII – Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária . . . . .</b>	<b>389</b>
<b>Capítulo XXIV – Poder Executivo . . . . .</b>	<b>397</b>
24.1. Competência do Presidente da República . . . . .	399
24.2. Ministros de Estado . . . . .	402
24.3. <i>Impeachment</i> . . . . .	402
24.3.1. Histórico . . . . .	402
24.3.2. Crimes de responsabilidade . . . . .	404
24.3.3. Crimes comuns . . . . .	405
24.3.4. Procedimento nos crimes de responsabilidade . . . . .	405
24.3.5. Procedimento nos crimes comuns . . . . .	407
24.3.6. Sanção . . . . .	408
24.3.7. Responsabilidade relativa do Presidente da República . . . . .	408
24.3.8. Competência do STF para julgamento dos crimes comuns . . . . .	409
24.3.9. Competência do STJ para julgamento dos crimes comuns . . . . .	409
<b>Capítulo XXV – Conselho da República e Conselho de Defesa Nacional . . . . .</b>	<b>411</b>
25.1. Conselho da República . . . . .	411
25.2. Conselho de Defesa Nacional . . . . .	412
<b>Capítulo XXVI – Poder Judiciário . . . . .</b>	<b>415</b>
26.1. Estrutura do Poder Judiciário . . . . .	415
26.2. Obrigatoriedade de três anos de exercício de atividades jurídicas . . . . .	420
26.3. Introdução de parâmetros objetivos de aferição por merecimento . . . . .	422
26.4. Recusa do juiz mais antigo . . . . .	424
26.5. Impedimento de promoção . . . . .	424
26.6. Critérios de acesso aos tribunais de segundo grau . . . . .	425
26.7. Cursos de preparação, aperfeiçoamento e promoção de magistrados . . . . .	426
26.8. Obrigatoriedade de residência na comarca . . . . .	426
26.9. Remoção, disponibilidade e aposentadoria dos magistrados . . . . .	427
26.10. Publicidade dos julgamentos e eleição para a composição do Órgão Especial . . . . .	428
26.11. Agilização da prestação jurisdicional . . . . .	431
26.12. Quinto constitucional nos tribunais . . . . .	433
26.13. Juizados Especiais e Justiça de Paz . . . . .	434
26.14. Autonomia do Poder Judiciário . . . . .	435
26.15. Supremo Tribunal Federal . . . . .	437
26.16. Extensão dos efeitos vinculantes da decisão . . . . .	441
26.17. Súmula vinculante . . . . .	442
26.18. Controle externo do Poder Judiciário . . . . .	445



26.19. A constitucionalidade do Conselho Nacional de Justiça . . . . .	448
26.20. Superior Tribunal de Justiça . . . . .	448
26.21. Recurso extraordinário e recurso especial . . . . .	453
26.22. Repercussão geral dos recursos extraordinários . . . . .	455
26.23. Tribunais Regionais Federais e juízes federais . . . . .	456
26.23.1. Julgamento de crimes contra direitos humanos pela Justiça Federal . . . . .	460
26.24. Tribunais e juízes do Trabalho . . . . .	460
26.24.1. Regulamentação do Superior Tribunal do Trabalho . . . . .	461
26.24.2. Criação do Conselho Superior da Justiça do Trabalho . . . . .	462
26.24.3. Varas da Justiça do Trabalho . . . . .	463
26.24.4. Competência da Justiça do Trabalho . . . . .	463
26.24.5. Tribunais Regionais do Trabalho . . . . .	471
26.25. Tribunais e juízes eleitorais . . . . .	472
26.26. Tribunais e juízes militares . . . . .	475
26.27. Tribunais e juízes dos Estados . . . . .	477
26.28. Precatórios . . . . .	478
<b>Capítulo XXVII – Jurisdição Constitucional . . . . .</b>	<b>483</b>
27.1. Conceito de jurisdição . . . . .	483
27.2. Classificação da jurisdição . . . . .	484
27.3. Definição de jurisdição constitucional . . . . .	486
27.4. Natureza da jurisdição constitucional . . . . .	487
27.5. Função da jurisdição constitucional . . . . .	489
<b>Capítulo XXVIII – Controle de Constitucionalidade . . . . .</b>	<b>493</b>
28.1. Fundamentação . . . . .	493
28.2. Natureza do ato declarado inconstitucional . . . . .	495
28.3. Histórico . . . . .	496
28.4. Retrospectiva do controle de constitucionalidade nas Constituições brasileiras . . . . .	498
28.5. Órgãos de controle de constitucionalidade . . . . .	500
28.6. Tipos de inconstitucionalidade . . . . .	502
28.7. Momentos de incidência do controle de constitucionalidade . . . . .	506
28.8. Controle das normas constitucionais no tempo . . . . .	509
28.9. Extensão da inconstitucionalidade . . . . .	510
28.10. Ação direta de inconstitucionalidade – ADIn . . . . .	510
28.11. Ação direta de inconstitucionalidade por omissão . . . . .	514
28.12. Ação declaratória de constitucionalidade – ADC . . . . .	516
28.13. Ação direta interventiva . . . . .	519
28.14. Arguição de descumprimento de preceito fundamental – ADPF . . . . .	521
28.14.1. Competência . . . . .	523
28.14.2. Inovações . . . . .	523
28.14.3. Procedimento . . . . .	524
28.14.4. Princípio da subsidiariedade . . . . .	527
28.14.5. Analogia com o recurso constitucional alemão . . . . .	529
28.14.6. Incidente de constitucionalidade e a sua inconstitucionalidade . . . . .	530
28.15. Controle difuso ou por via de exceção . . . . .	532
28.16. Controle de constitucionalidade em nível estadual e municipal . . . . .	536
28.17. Interpretação conforme a Constituição e inconstitucionalidade parcial sem redução de texto . . . . .	538
28.18. Procedimento do sistema concentrado de controle de constitucionalidade. Lei nº 9.868/1999 (ação direta de inconstitucionalidade e ação declaratória de constitucionalidade) . . . . .	539

Capítulo XXIX – Funções Essenciais à Justiça .....	547
29.1. Ministério Público .....	547
29.1.1. Natureza do Ministério Público .....	549
29.1.2. Princípios institucionais (art. 127, § 1º, da CF) .....	550
29.1.2.1. Unidade .....	550
29.1.2.2. Indivisibilidade .....	551
29.1.2.3. Independência funcional .....	551
29.1.3. Garantias .....	552
29.1.3.1. Vitaliciedade .....	553
29.1.3.2. Inamovibilidade .....	553
29.1.3.3. Irredutibilidade de subsídios .....	553
29.1.4. Vedações .....	553
29.1.5. Autonomia administrativa e funcional .....	554
29.1.6. Autonomia financeira e proposta orçamentária do Ministério Público .....	555
29.1.7. Provimento .....	556
29.1.8. Funções institucionais .....	556
29.2. Controle externo do Ministério Público .....	557
29.3. Advocacia pública .....	559
29.4. Advogados .....	562
29.5. Defensoria Pública .....	564
29.6. Autonomia da Defensoria Pública .....	565
Capítulo XXX – Estado de Excepcionalidade Legal .....	567
30.1. Histórico .....	568
30.2. Estado de defesa .....	569
30.3. Motivos para a instalação do estado de defesa .....	570
30.4. Medidas do estado de defesa .....	570
30.5. Estado de sítio .....	571
30.6. Motivos para a instalação do estado de sítio .....	572
30.7. Medidas do estado de sítio .....	573
30.8. Disposições gerais do estado de sítio e de defesa .....	574
Capítulo XXXI – Forças Armadas .....	575
Capítulo XXXII – Segurança Pública .....	581
Capítulo XXXIII – Sistema Tributário Nacional .....	585
33.1. Princípios gerais .....	585
33.1.1. Conceito de tributo .....	585
33.1.2. Espécies de tributos .....	586
33.1.2.1. Impostos .....	586
33.1.2.2. Taxas .....	586
33.1.2.3. Contribuição de melhoria .....	587
33.1.3. Capacidade contributiva .....	587
33.1.4. Regulamentação através de lei complementar .....	588
33.1.5. Tratamento diferenciado para as microempresas e empresas de pequeno porte .....	589
33.1.6. Arrecadação no Território Federal .....	589
33.1.7. Empréstimo compulsório .....	589
33.1.8. Contribuições .....	590
33.2. Limitações ao poder de tributar .....	592

33.2.1. Princípio da legalidade tributária . . . . .	592
33.2.2. Princípio da isonomia . . . . .	592
33.2.3. Princípio da irretroatividade . . . . .	593
33.2.4. Princípio da anterioridade . . . . .	593
33.2.5. Princípio da noventena . . . . .	594
33.2.6. Princípio da proibição de confisco . . . . .	594
33.2.7. Liberdade de tráfego . . . . .	595
33.2.8. Imunidade tributária . . . . .	595
33.2.8.1. Imunidade recíproca . . . . .	596
33.2.8.2. Imunidade dos templos de qualquer natureza . . . . .	596
33.2.8.3. Imunidade dos partidos políticos, das entidades sindicais e das instituições de educação ou de assistência social sem fins lucrativos . . . . .	597
33.2.8.4. Imunidade dos livros, jornais, periódicos e o papel destinado à sua impressão . . . . .	598
33.3. Exoneração tributária . . . . .	598
33.4. Substituição tributária . . . . .	598
33.5. Vedações à União . . . . .	599
33.6. Vedação de diferenças tributárias em razão da procedência ou destino de bens e serviços de qualquer natureza . . . . .	599
33.7. Impostos da União . . . . .	600
33.7.1. Importação sobre comércio exterior . . . . .	600
33.7.2. Imposto de Renda e proventos de qualquer natureza . . . . .	600
33.7.3. Imposto sobre Produtos Industrializados . . . . .	601
33.7.4. Imposto sobre Operações Financeiras – IOF . . . . .	601
33.7.5. Imposto sobre Propriedade Territorial Rural . . . . .	602
33.7.6. Imposto sobre grandes fortunas . . . . .	603
33.7.7. Competência residual e impostos extraordinários . . . . .	603
33.8. Impostos dos Estados e do Distrito Federal . . . . .	603
33.8.1. Imposto de transmissão <i>causa mortis</i> e doação . . . . .	603
33.8.2. Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviço – ICMS . . . . .	604
33.8.3. Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores – IPVA . . . . .	605
33.9. Impostos municipais . . . . .	606
33.9.1. Imposto de Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU . . . . .	606
33.9.2. Imposto de transmissão <i>inter vivos</i> . . . . .	606
33.9.3. Imposto Sobre Serviços – ISS . . . . .	607
33.10. Repartição das receitas tributárias . . . . .	607
33.10.1. Repartição direta aos Estados e ao Distrito Federal . . . . .	608
33.10.2. Repartição direta aos Municípios . . . . .	608
33.10.3. Repartição indireta por parte da União . . . . .	608
33.10.4. Vedação de retenção . . . . .	609
Capítulo XXXIV – Finanças Públicas . . . . .	611
34.1. Normas gerais . . . . .	611
34.2. Leis orçamentárias . . . . .	613
34.3. Procedimento de confecção das leis orçamentárias . . . . .	615
34.4. Vedações às leis orçamentárias . . . . .	616
34.5. Despesas de pessoal . . . . .	618
Capítulo XXXV – Da Ordem Econômica e Financeira . . . . .	621
35.1. Dos princípios gerais da atividade econômica . . . . .	622
35.2. Intervenção do Estado na economia . . . . .	625

35.3. O Estado como agente normativo . . . . .	626
35.4. Prestação de serviço público por parte do Estado . . . . .	628
35.5. Regulamentação dos recursos minerais e potenciais de energia hidráulica . . . . .	629
35.6. Política urbana . . . . .	631
35.7. Desapropriação de imóveis urbanos . . . . .	632
35.8. Usucapião urbano . . . . .	632
35.9. Política agrícola e fundiária e reforma agrária . . . . .	633
35.10. Usucapião rural . . . . .	635
<b>Capítulo XXXVI – Sistema Financeiro Nacional . . . . .</b>	<b>637</b>
36.1. Correção da impropriedade temática . . . . .	637
36.2. Nova estruturação do art. 192 . . . . .	638
36.3. Modificação do art. 52 do ADCT . . . . .	640
<b>Capítulo XXXVII – Ordem Social . . . . .</b>	<b>641</b>
37.1. Seguridade social . . . . .	642
37.1.1. Diversidade de financiamento . . . . .	642
37.2. Saúde . . . . .	644
37.3. Previdência social . . . . .	647
37.4. Assistência social . . . . .	651
37.5. Educação . . . . .	652
37.6. Cultura . . . . .	655
37.7. Desporto . . . . .	658
37.8. Ciência e tecnologia . . . . .	659
37.9. Comunicação social . . . . .	660
37.10. Meio ambiente . . . . .	663
37.11. Família . . . . .	667
37.12. Índios . . . . .	669
<b>Anexo – Prazos e Quóruns na Constituição Federal . . . . .</b>	<b>673</b>
<b>Bibliografia . . . . .</b>	<b>677</b>